

A AVALIAÇÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

The evaluation of deaf students in regular education

La evaluación del alumno surdo en la enseñanza regular

Cristiane Viana de Oliveira¹

Francimar Batista Silva²

Vera Lucia Gomes³

Resumo

A presente pesquisa teve como interesse principal, entender as diferentes formas que o aluno surdo pode ser avaliado no ensino regular. A metodologia utilizada foi a bibliográfica utilizando autores como ANACHE (2012), LIMA (2008) e LOPES (2014). Sabemos que a avaliação pedagógica sempre foi tema de inúmeras discussões e pesquisas. Ao falarmos em avaliação de alunos com Surdez, então, o problema torna-se mais complicado e preocupante. Contudo, discutir a avaliação como um processo mais complexo diante do grande número de alunos que se enquadram no fracasso escolar, dos mecanismos que o constituem e das possibilidades de diminuir o processo de exclusão causado por ela, torna-se fundamental para possibilitarmos o acesso e a permanência com sucesso dos alunos com deficiência na escola. Abordaremos autores como QUADROS (2006) que ressalta a importância da Língua Brasileira de Sinais e do tradutor intérprete no aprendizado do aluno surdo, tendo como foco principal compreender as estratégias utilizadas atualmente para se avaliar um aluno surdo e MANTOAN (2003) que aborda sucesso da aprendizagem.

PALAVRAS – CHAVE: Surdez. Libras. Avaliação.

Resumen

Esta investigación tuvo como principal interés, entender las diferentes maneras en que el estudiante sordo puede ser evaluado en la enseñanza regular. La metodología utilizada fue la bibliográfica utilizando autores como ANACHE (2012), LIMA (2008) y LOPES (2014). Sabemos que la evaluación pedagógica siempre ha sido objeto de innumerables discusiones e investigaciones. Cuando hablamos de evaluación de estudiantes con sordera, entonces el problema se vuelve más complicado y preocupante. Sin embargo, hablar de la evaluación como un proceso más complejo delante del gran número de estudiantes que se encuadran en el fracaso escolar, de los mecanismos que lo constituyen y de las posibilidades de reducir el proceso de exclusión causados por ella, se vuelve esencial para el éxito del acceso y de la permanencia de los estudiantes con discapacidad en la escuela. Abordaremos autores como QUADROS (2006), que pone de relieve la importancia de la Lengua Brasileña de Señales y del traductor intérprete en el aprendizaje de los estudiantes sordos, centrándose principalmente en la comprensión de las estrategias utilizadas actualmente para evaluar a un estudiante sordo y MANTOAN (2003), que trata el éxito del aprendizaje.

PALABRAS CLAVE: Sordera. Libras. Evaluación.

¹ Graduada em pedagogia pela UFMS e Letras/Inglês pela UEMS, professora da Prefeitura Municipal de Rio Brilhante/MS. E-mail: cristianeufgd@gmail.com

² Graduado em Normal Superior, Especialista em Comunicação Alternativa, Tecnologia Assistiva e Libras, Professor da Secretaria de Estado de Educação – SED MS. E-mail: francimarbatista@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Educação, professora da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/Câmpus Aquidauana. E-mail: veraberbel@hotmail.com

Abstract

This research had as main interest, understand the different ways that the deaf student can be evaluated in regular education. The methodology used was the bibliographical using authors as Anache (2012), Lima (2008) and LOPES (2014). We know that educational evaluation has always been the subject of numerous discussions and research. When we talk about student assessment with Deafness, then the problem becomes more complicated and disturbing. However, discuss the evaluation as a more complex process on the large number of students who fall outside the school failure, the mechanisms that constitute and the possibilities of reducing the exclusion process caused by it, it is essential to enable access and the successful retention of students with disabilities in school. We discuss authors as TABLES (2006) which highlights the importance of the Brazilian Sign Language and Interpreter translator in deaf student learning, focusing mainly on understanding the strategies currently used to evaluate a deaf student and MANTOAN (2003) which deals with success learning.

KEYWORD: Deafness. Libras. Evaluation.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em avaliação no espaço escolar, já nos deparamos com inúmeros contratempos, principalmente no que se refere ao aluno com necessidade educacional especial - NEE. Se de uma forma geral avaliar um aluno sem nenhuma NEE, já não é uma tarefa fácil sendo tema de muitas discussões, estudos, pesquisas e questionamentos, com o aluno com deficiência essa avaliação tende a ser feita com um olhar bem mais atento, levando em consideração as especificidades apresentadas e toda e qualquer evolução ao longo do processo de aprendizagem.

A partir do direito de oportunidade de aprendizagem para todos, é indispensável garantir a participação dos alunos com NEE em todas as atividades desenvolvidas na escola. Na avaliação é preciso buscar estratégias como identificar os recursos de acessibilidades disponíveis ou ampliar o tempo se necessário.

Atualmente, as alternativas de aprendizagem destinadas as pessoas que com alguma deficiência ainda se baseiam em padrões normativos de conduta, e conjunto de normas que regulam o comportamento humano. Onde o que se destaca e o que se centraliza são as deficiências e impossibilidades do aluno, não se busca, portanto sua subjetividade e demais características. Com o aluno surdo essa situação também acontece, visto a ausência de sua audição. Diante disso surgiu a inquietação de verificar como esses alunos estão sendo avaliados por seus professores em sala de aula. Se esta avaliação está sendo generalizada ou se a avaliação atende suas necessidades.

Na avaliação de aprendizagem se engloba os processos de escolarização, bem como vida pessoal do aluno e os recursos que foram disponibilizados para que ele venha adquirir e desenvolver outros sentidos que não estejam apenas atrelados a sua deficiência. A avaliação de aprendizagem não tem por objetivo apenas planejar a prática didática, mas para também repensá-la.

Avaliar, portanto ultrapassa sua função técnica ou instrumental, pois permanentemente é preciso que ocorra a vinculação entre aluno, escola, família e sociedade. Sendo assim o meu objetivo foi entender as estratégias diferentes, apresentadas

pelos autores em como avaliar um aluno com surdez. E partindo daí elencar sugestões para que esta avaliação aconteça da melhor forma possível.

Para isso destacamos alguns aspectos importantes os quais irão nos direcionar para uma se não melhor, mais justa avaliação, sendo eles:

Destacar a importância das adaptações curriculares, com ênfase na avaliação da aprendizagem escolar, no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos; contribuir para a reflexão da prática avaliativa do professor em sala de aula com o aluno surdo; repensar sobre a importância da educação inclusiva, no combate a atitudes discriminatórias e preconceituosas, na criação de comunidades acolhedoras e no desenvolvimento de uma sociedade inclusiva (BOLSANELLO, 2005, p. 35).

O objetivo desta pesquisa bibliográfica se fundamenta em entender as diferentes formas de avaliação do aluno surdo no ensino regular, respeitando sempre às diferenças, igualdade de direitos e de participação no universo escolar de forma a garantir uma educação de qualidade para esses alunos.

A INCLUSÃO: LUTAS E REALIDADES

A discussão sobre a inclusão educacional vem crescendo no mundo inteiro e teve início nos anos 90, na Conferência Mundial de educação para Todos, ganhando forças na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais em 1994, com a Declaração de Salamanca, que determina que todas as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas limitações físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras e que,

As escolas regulares com educação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular (BRASIL, 2006, p.330).

A partir desses documentos o Brasil criou políticas públicas para garantir o acesso ao ensino regular e o combate ao preconceito com as crianças com deficiências. A Lei de Diretrizes de Bases Nacionais da Educação - LDB nº 9.394/96, reserva artigos para o tema, o que reafirma o direito constitucional de educação pública e gratuita a essas pessoas.

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica elaborou a Resolução Nº 2/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, vigente até hoje.

Com vistas na transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos e com o foco na formação de educadores e gestores, o Ministério da Educação/Secretaria Educação Especial – MEC/SEESP, cria o Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, em 2003.

Dando sequência nessa transformação, em 2008, o MEC/SEESP, elabora e implanta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de visando estabelecer políticas públicas para garantir educação de qualidade para os estudantes público-alvo da educação especial que são aqueles que apresentam: deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Após a elaboração dessa Política, foi criado o Decreto 6571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado - AEE, garantido desde a Constituição Federal/88 que foi revogado pelo 7611/2011.

A importância da elaboração desse Decreto se deu a partir do momento que as unidades escolares e os Centros de AEE, criados pelas escolas especiais, começaram a receber pelo aluno duas vezes, com a condição que estivesse matriculado no ensino regular. Aumentou o interesse em incluir os alunos e implantar os espaços para o AEE que tem como função,

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.15).

O AEE teve e tem grande importância na educação das pessoas com NEE, pois permite minimizar as dificuldades de aprendizagem decorridas dessa necessidade, utilizando recursos e práticas pedagógicas diferenciadas. As diretrizes para operacionais para o AEE foram criadas Resolução CEB/CNE nº4 de 2/10/2009 e em seu art. 2º traz que o AEE tem a função de complementar à formação destes alunos, com recursos e estratégias que identifiquem a necessidade e a adequação, de tal modo a eliminar as dificuldades de inserção na sociedade e as dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, somente o AEE não garantirá o desenvolvimento acadêmico, é necessária mudança na prática pedagógica e no olhar do professor sobre esse assunto, não é mais permitido tentar se justificar com “não estou preparado para trabalhar com alunos com deficiência” ou “não tive formação acadêmica para isso”.

É claro que os professores não devem assumir sozinhos o processo de inclusão, esse processo necessita da participação de todos, porém sua responsabilidade é muito maior visto o tempo que passam e o acesso direto a esses alunos. Devem também transmitir o conhecimento de uma forma mais clara e compreensível e trabalhar com a turma toda fortalecendo o cooperativismo, a aceitação e a participação de todos nas atividades, pois se não assim for, ele será incluído somente no espaço escolar e excluído pelos colegas por ser o “diferente” da turma.

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Durante muito tempo a Língua de Sinais foi vista como algo inadequado para a comunicação de surdos. Após muitas discussões e lutas, sua utilização foi aceita pela sociedade em respeito à especificidade linguística que apresenta.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais - Libras foi reconhecida e legitimada a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e com isso seu uso pelas comunidades surdas ganha respaldo do poder e dos serviços públicos. Essa lei gerou o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório o ensino da Libras aos estudantes dos cursos de Fonoaudiologia, Letras, Licenciatura e Pedagogia, aos estudantes de magistério e nos cursos de Educação Especial.

O Decreto destaca a importância da Educação como um todo considerar a Libras nos processos educacionais de alunos surdos, e exige que a Língua Portuguesa seja ensinada como segunda língua para os alunos surdos nos diferentes níveis de ensino por professor bilíngue com competência para esta atividade.

Para interpretar a língua e auxiliar a aprendizagem do aluno surdo, surge o tradutor intérprete de Libras, que é uma figura importante para que tenham acesso a língua de instrução que é o português e aos conteúdos escolares, mas também para que tenham oportunidades de inserção/interação social no espaço escolar. Sua função é viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes, atuando no limite entre os sentidos da língua oral (português) e da língua de sinais num processo ativo, dinâmico e dialético. Seu trabalho visa uma contribuição significativa na melhoria do atendimento escolar e propicia o desenvolvimento e a aquisição de novos conhecimentos de maneira apropriada.

Na sala de aula além do professor regente utilizar recursos visuais nas aulas, a aprendizagem e a comunicação poderá ser mediada pelo tradutor intérprete de Libras, que segundo a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 o artigo 6º, parágrafo II, se refere mais especificamente às competências do intérprete de sala de aula nos três níveis de ensino, bem como expõe outras competências que tem a função de,

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdocegos, surdocegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

O atendimento desse profissional é essencial e indispensável para garantir a comunicação, participação e aprendizagem do estudante surdo em sala de aula, sendo mais um serviço que o professor poderá utilizar em suas aulas.

Atualmente, a educação bilíngue é um direito do aluno surdo. Ao apresentarmos a libras não devemos nos esquecer que é por ela que trabalharemos a cultura e a identidade do aluno fazendo assim, que interaja com o mundo. Vygotsky (1996) classifica o homem como um ser sociocultural, isso implica que seu desenvolvimento se dá a partir das suas relações sociais e para que isso aconteça é necessário que tenha acesso ao menos a uma forma de comunicação, neste caso a Libras que é vista como uma mediadora entre o surdo e o mundo.

POR UMA AVALIAÇÃO QUE RESPEITE OS LIMITES

Sabemos que a educação inclusiva envolve a todos em todos os momentos e atividades escolares, Muito se discute sobre a forma de avaliar quando nos referimos a educação, contudo nem todos os profissionais que atuam na área compreendem tal ato. E com isso acaba por não transmitir e também não avaliar de uma forma produtiva.

Com o passar dos anos essa educação renovada mudou não somente os métodos de ensino, mas também as concepções diversas até então apresentadas sobre avaliação.

Deparamo-nos com uma forma simples e eficiente de trabalhar a avaliação onde podemos dividi-la em três etapas fundamentais para que a mesma seja eficiente em sua aplicação sendo elas: diagnosticar, controlar e classificar.

Não tem como falarmos de aprendizagem sem destacarmos a avaliação como resultado destas práticas que de uma forma organizada deverá ser trabalhada em benefício dos alunos. A avaliação se faz sim necessária, porém conforme afirma Luckesi (2005),

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com sua conservação (LUCKESI, 2005, p.42).

Para esse autor, é preciso diagnosticar, avançar no desenvolvimento da ação, procurar novas propostas que visem à melhoria do ensino para que ocorram autonomia e competência do aluno. A avaliação deve significar mediação, diálogo e interação, onde professor e aluno andaram juntos. É necessário transformar a concepção de avaliação deixando para trás o autoritarismo, a seleção e a exclusão, para fixarmos práticas pedagógicas empenhadas com a transformação, à contextualização e a inclusão

Estamos em um momento que diversas discussões e estudos estão ocorrendo, considerando que esta avaliação vem se efetivando de uma forma aparentemente “incorreta” o que nos faz estudar e buscar a melhor forma para que os alunos como NEE sejam avaliados na sua totalidade respeitando suas especificidades. Não é simplesmente o ato de preencher uma ficha, mais sim conhecer a evolução de cada um.

Na avaliação da aprendizagem se engloba os processos de escolarização, bem como vida pessoal do aluno e os recursos que foram disponibilizados para que ele venha adquirir e desenvolver outros sentidos que não esteja apenas atrelada a sua deficiência. Essa não tem por objetivo apenas planejar a prática didática, mas para também repensá-la. Contudo vemos que:

Na educação, a avaliação do desempenho escolar do aluno, por si só já é um tema complexo, quando pensamos em uma educação especializada envolvendo o aluno surdo torna-se mais complexo ainda, pois muitos dos métodos avaliativos são elaborados por professores ouvintes, fazendo com que, muitas vezes, esqueça-se que a linguagem, a cultura e a forma de obtenção da aprendizagem são diferentes para o aluno surdo, não levando em consideração as especificidades do aluno (MAHL E RIBAS, 2013, p.585).

Trazemos para o estudo a seguinte situação: uma sala de aula onde contamos com a presença de alunos surdos, o que ocorre é que esta avaliação é feita em um contexto geral, enquadrando-os no grupo maior, onde o aprendizado desse de uma forma geral não é especificado e muitas vezes atropelada por fazer parte de um todo dentro da sala de aula.

No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2008, p.16).

Somos cobrados com a imposição do Currículo Escolar, que estabelece conteúdos determinados para cada nível. Porém também deve-se levar em consideração a forma em que estes conteúdos serão avaliados, o que até os dias atuais ainda persistem em fazer uma avaliação somativa com função classificatória, onde se realiza ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino e consiste em classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro (HAYDT, 2008).

Seguindo esta ideia, A avaliação do aluno surdo, deve contar com o auxílio do tradutor intérprete de Libras que o acompanhará em sala de aula. Contudo, a avaliação feita pelo professor será de forma contínua, renunciando a visão tradicionalista e conservadora, diferente da que vivemos nos dias atuais. É importante conhecer como o surdo aprende, sua diferença linguística estar ciente que:

A dificuldade de redigir em Português está relacionada às dificuldades de compreensão dos textos lidos (conteúdo semântico) e que essas dificuldades impedem a organização ao nível conceitual. O aluno poderá ler, mas confundir o significado das palavras. Muitas vezes, só compreende o significado das palavras de uso contínuo, o que interfere no resultado final do trabalho com qualquer texto, mesmo o mais simples; as dificuldades que a leitura acarreta ao surdo impedem a expansão do vocabulário, e com isso, provocam a falta de hábito de ler. O reflexo desse círculo vicioso reflete-se na pobreza de vocabulário e na falta de domínio das estruturas (forma) mais simples da Língua Portuguesa. No nível estrutural (morfo sintático), observa-se que, mais constantemente, os alunos surdos não conhecem o processo de formação das palavras, utilizando substantivo no lugar de adjetivo e vice-versa, omitem verbos, usam inadequadamente as desinências nominais e verbais, desconhecem as irregularidades verbais, não utilizam preposições e conjunções, ou o fazem inadequadamente. Além disso, tudo leva a crer que, por desconhecerem a estrutura da Língua Portuguesa, utilizem, frequentemente, estruturas da LIBRAS para expressarem por escrito suas ideias (FESTA, 2011, p.2).

Sendo assim, acredita-se que ao criarmos possibilidades e unirmos professores e comunidade escolar conseguiremos atender os alunos surdos e suas limitações no que diz respeito à escrita.

Para esse processo de ensino aprendizagem deve-se levar em consideração que, a língua materna do aluno em específico é a Libras, diferente dos demais alunos envolvidos, que têm a língua portuguesa como a língua natural, portanto sua avaliação deve ser direcionada nesse foco, observando alguns itens,

o intérprete estar presente no momento da avaliação; a avaliação do conhecimento utilize critérios compatíveis com as características inerentes a esses educandos; a maior relevância seja dada ao conteúdo (nível semântico), ao aspecto cognitivo de sua linguagem, coerência e sequência lógica das ideias; a forma da linguagem (nível morfo sintático) seja avaliada com mais flexibilidade, dando maior valor ao uso de termos da oração, como termos essenciais, termos complementares e, por último, os termos acessórios, não sendo por demais exigente no que diz respeito ao elemento coesivo (FESTA, 2011, p.2).

Um aliado de grande importância para o aluno surdo é o uso de textos de circulação social que, de acordo com a autora Fernandes (2006), por fazer parte do cotidiano do aluno, é mais prático e fácil no desenvolvimento da escrita em Português, uma vez que, a única via de acesso à língua portuguesa para os surdos é a escrita.

Para isso destacamos alguns aspectos importantes os quais nos direcionarão para uma se não melhor, mais justa avaliação: atenção às formas de comunicação do sujeito em processo de avaliação; construir instrumentos indutores apropriados para cada sujeito em avaliação; reconhecer nas diferentes formas de expressão dos sujeitos os seus recursos psicológicos disponíveis para que o profissional possa construir junto com eles propostas educacionais que lhe sejam significativas e os desafiem para que transcendam as atividades que os motivaram; atenção aos diferentes espaços de interação do sujeito e, sobretudo à escola, com observância às normas, valores sociais e culturais.

Importante também ressaltar o apoio do tradutor intérprete de Libras inclusive na correção das provas, uma vez que esse profissional é habilitado, servindo de apoio pedagógico pós avaliação. A partir dos resultados é possível identificar o que o aluno não assimilou, o que precisa ser trabalhado com maior ênfase para que a aprendizagem seja utilizada no seu dia-a-dia.

Para que seja possível aos sujeitos envolvidos construir novos sentidos a partir de suas histórias de vida e da vida de seu grupo social é necessário que a avaliação da aprendizagem escolar assuma uma posição orientadora e subsidiária das ações educacionais. Ela tem uma função educativa e transformadora da prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi levantar questionamentos e encontrar respostas em como avaliar um aluno surdo no ensino regular. Pretendeu-se com isso proporcionar, de forma muito sucinta, mas objetiva o que o aluno aprende, levando em consideração as especificidades de sua língua materna, a Libras.

Todos aprendemos, mas é preciso saber como ensinar, pensando e repensando constantemente a prática pedagógica. A consciência dos nossos limites confere a certeza da capacidade de reconhecer até onde sabemos e o que podemos fazer, por fim quais meios usaremos para nosso objetivo alcançar. Com isso, a educação inclusiva na medida em que promove um ensino respeitoso e com significado para cada criança, favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são iguais, cada qual com seus benefícios, direitos e deveres os quais devemos respeitar e a partir deles absorvermos o que cada aluno tem de melhor.

Como vimos o processo de aprendizagem desenvolvido com pessoas que apresentam alguma deficiência se baseia ainda infelizmente em padrões normativos de conduta, onde o que se destaca e o que se centraliza são as deficiências e impossibilidades do aluno, não se busca, portanto sua subjetividade e demais características.

Importância do tradutor intérprete na avaliação do surdo que é o serviço disponível hoje deve ser considerada, visto que este profissional precisa compreender que neste momento a sua função é de total imparcialidade e profissionalismo diante do aluno surdo.

Nas instituições de ensino, o aluno surdo deve alcançar um nível de desempenho adequado, compreendendo a sua singularidade linguística e uma educação que valorize suas capacidades e potencialidades e a importância da Libras no processo educativo, também destacamos que é de suma relevância a disposição de recursos, sejam eles humanos, materiais, metodológicos ou outros, importantes para um ensino de qualidade no espaço escolar. A utilização de recursos visuais se apresenta como algo importante nesse processo, já que o surdo tende a fazer associações com aquilo que vê (imagem – palavra – texto escrito). Além disso, o processo de aquisição da língua portuguesa deverá ocorrer com metodologia de segunda língua.

Ao final compreendemos que os profissionais que atuam na educação bilíngue, estão se capacitando gradativamente e a importância dos professores de diferentes disciplinas se articularem para traçarem estratégias que visem a diminuição do fracasso escolar devido a uma avaliação generalizada, considerando que os surdos têm as mesmas possibilidades de desenvolvimento que o aluno ouvinte, precisando, somente que suas NEE sejam respeitadas e supridas.

Importante perceber que a escola nem sempre está preparada para receber esse aluno surdo, porém como está previsto na lei, deve-se receber e propiciar condições para que se desenvolva, incluindo sua avaliação. A avaliação deve ser acompanhada e mediada pelo tradutor intérprete de Libras auxiliando na comunicação e nas dúvidas surgidas.

Percebemos que o ato de avaliar é uma complicada ação considerando que tem como finalidade compreender as consequências de um processo de ensino como um todo, bem como de analisar as práticas de avaliações instituídas no contexto escolar e com isso chegar aos tão esperados resultados. É um processo de aprendizagem que devem levar em consideração todos os fatores envolvidos na proposta pedagógica e principalmente se está favorecendo, beneficiando o maior interessado: o aluno.

REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, M. A. ET AL. *EDUCAÇÃO ESPECIAL E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA REGULAR*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. - CURITIBA: UFPR, 2005.

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DE 1988*. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA. DF: SENADO, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996*. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

_____. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. *Lei n.º 12.319, de 1.º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Experiências educacionais inclusivas: Programa educação inclusiva: direito à diversidade*. Organizadora Berenice Weissheimer Roth. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

_____. *Saberes e práticas da Inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>. Acesso em 02 fev.2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Resolução N.º 4, de 2 de outubro de 2009 (*)* Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

_____. Inclusão. In.: *Revista da Educação Especial*, v.4 n.01 Janeiro/Junho de 2008. Secretaria de Educação Especial –MEC.

CHRISTOFARI, A. C; BAPTISTA, C. R. Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 44, set./dez. 2012.

- DAMÁZIO, M. F. M. *Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez. Formação Continuada à Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado*. SEESP/SEED/MEC- Brasília /DF -2007.
- FERNANDES, S. F. *Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos*. Curitiba: SEED, 2006.
- FESTA, P. *Avaliação da Aprendizagem do Aluno Surdo*. 2011. Disponível em <<http://comunicardicionariolibras.blogspot.com.br/2011/07/avaliacao-da-aprendizagem-do-aluno.html>>. Acesso em 15 jul. 2016(N.P.).
- GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A. L. F. *Políticas e práticas de educação inclusiva*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- LIMA, H. T.S. *Investigação dos processos de aprendizagem: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais*. 2008. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- LOPES, S. A. Considerações sobre a terminologia Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. *Revista Educação Especial*, Santa Maria. v. 27, n. 50, set. /dez. 2014.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem na escolar*. 17. ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- QUADROS, R. M. SCHMIEDT, M.L *Idéias para ensinar português para alunos*. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

Recebido em 10-04-2015

Aprovado 12/2016